



Recebimento: 12/8/2019  
Aceite: 28/9/2019

## **A HETEROGENEIDADE SUBSTANTIVA DOS TERRITÓRIOS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO – NOTAS CRÍTICAS SOBRE OS DESAFIOS POSTOS ÀS PRÁTICAS E ÀS TEORIAS DO PLANEJAMENTO**

## **THE SUBSTANTIVE HETEROGENEITY OF TERRITORIES IN CONTEMPORARY CAPITALISM – CRITICAL NOTES ON THE CHALLENGES TO PLANNING THEORIES AND PRACTICES**

Carolina Galvanese<sup>1</sup>  
Arilson Favareto<sup>2</sup>

### **Resumo**

Os últimos anos vêm assistindo a um reaquecimento dos debates sobre o desenvolvimento de longo prazo e sobre os rumos do capitalismo no século XXI. A ênfase crescente na redução de desigualdades e no equacionamento da questão ambiental como principais desafios a serem enfrentados no mundo contemporâneo e a busca por novos padrões de relacionamento entre economia, sociedade e natureza trazem novas oportunidades e desafios ao planejamento territorial. Por um lado, mudanças recentes na agenda de desenvolvimento demandam novos olhares e conteúdos a esse campo de estudos, que sejam capazes de auxiliar no entendimento da complexa trama territorial que sustenta o mundo contemporâneo e na proposição de novas estratégias e políticas com ela condizentes. Por outro, a ausência de respostas às questões hoje colocadas, característica comum em contextos de crise e mudança de paradigmas, consiste em uma importante e necessária oportunidade de revisão e reconstrução das bases teóricas e conceituais que envolvem o planejamento territorial no cenário atual. O presente trabalho busca contribuir com esse reexame a partir de uma revisão crítica da evolução recente das teorias sobre território e desenvolvimento, iluminando as insuficiências das reflexões e abordagens que atualmente conformam o campo do planejamento e a necessidade de construção de aparatos analíticos que, aproximando especialidades disciplinares tradicionalmente apartadas – dedicadas ao rural, ao ambiental, ao urbano ou ao regional – e articulando as diferentes dimensões por elas priorizadas – economia, política, sociedade e meio-ambiente – possam fornecer as bases a novos olhares acerca da dimensão territorial do desenvolvimento contemporâneo.

**Palavras-chave:** Território. Desenvolvimento. Planejamento territorial.

### **Abstract**

<sup>1</sup>Socióloga. Doutora em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC. Email: carolgalvanese@yahoo.com.br.

<sup>2</sup>Sociólogo. Doutor em Ciência Ambiental. Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da UFABC. Email: arilson.favareto@ufabc.edu.br.

The debates about the long term development and orientation of XXI century capitalism have been warming up over the last years. Growing emphasis on reducing inequality and solving the environmental question as the main challenges to be faced in the contemporary world, and the search for new patterns of interaction among economy, society and nature bring new opportunities and challenges to the field of territorial planning. On the one hand, recent changes in the agenda of development demand new approaches and contents to this field of studies, ones that are able to help understanding the complex territorial network that supports the contemporary world and proposing new strategies and policies that respond to it. On the other hand, the absence of answers to today's questions, something common in contexts of crisis and paradigms change, amount to an important and needed opportunity to review and reconstruct theoretical and conceptual bases for the territorial planning in the present scenario. Our work seeks to contribute to such reexamining and to the construction of analytic frameworks that respond to contemporary challenges, departing from a critical review of the recent evolution of theories about territory and development and showing the insufficiencies of reflections and approaches that nowadays make up the field of territorial planning, and the need of elaborating an analytic apparatus that, bringing closer traditionally separated specialized disciplines – dedicated to rural, environmental, urban or regional questions – and articulating the different dimensions they prioritize – economy, politics, society and environment – are able to provide us with the basis needed to new views of the territorial dimension of contemporary development.

**Keywords:** Territory. Development. Territorial planning.

## Introdução

Os debates sobre o planejamento e sobre o desenvolvimento territorial no Brasil ganharam novo fôlego ao longo dos anos 2000. O chamado ciclo social-desenvolvimentista trouxe com ele forte aposta na retomada do papel do Estado, o que representou importante janela de oportunidade para a agenda das desigualdades territoriais, temática que havia perdido espaço nas prioridades governamentais desde finais dos anos 70. As iniciativas de políticas com foco explícito em aspectos territoriais, elaboradas durante os governos Lula e Dilma Rousseff – expressas, por exemplo, na criação do Ministério das Cidades, na recriação das superintendências de desenvolvimento regional, na Política Nacional de Desenvolvimento Regional e no Programa Territórios da Cidadania, iniciativas fortemente tributárias da interlocução com experiências como as da União Europeia – buscavam incorporar as inovações trazidas pelos debates internacionais então recentes sobre a dimensão territorial do desenvolvimento, enfatizando de maneira crescente a importância da valorização das ricas diversidades sociais, culturais e ambientais do país e propondo, para isso, novos recortes espaciais e critérios de regionalização de políticas, bem como a implementação de novos arranjos institucionais voltados a contribuir com uma maior articulação de interesses e com a coordenação de ações nas diferentes escalas de governança e de atuação do Estado. Nesse contexto parecia, portanto, que, após um período de declínio dos debates sobre as políticas regionais, marcadamente os anos oitenta e noventa, a dimensão territorial havia sido definitivamente retomada e incorporada às preocupações centrais das políticas públicas brasileiras. Porém, contrariando esta expectativa, a literatura recente que se volta à análise dessas experiências aponta, quase sempre, para os limites da tradução dos debates teóricos em estratégias e políticas públicas. É recorrente a ideia de que, apesar de assumida essa nova retórica, as iniciativas apresentaram importantes dificuldades de implementação que limitaram seu alcance, o que envolve questões institucionais e de coordenação de políticas, diferentes capacidades estatais dos entes federativos, e entraves à participação social e à construção de planos e projetos pactuados de desenvolvimento<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Como exemplo das reflexões críticas acerca das iniciativas implementadas, podem ser citadas as publicações recentes do IPEA (2014, 2017), voltadas à análise e ao balanço das políticas territoriais ao longo da primeira década dos anos 2000, e organizadas por autores como Guilherme Resende, Aristides Monteiro Neto, César Nunes de Castro e Carlos Antonio Brandão.

O presente artigo parte da ideia de que os desafios hoje colocados ao campo do planejamento territorial dizem respeito não somente a questões de implementação de políticas, mas à própria narrativa acerca da dimensão territorial do desenvolvimento, insuficiente para dar conta dos principais desafios trazidos pelo contexto contemporâneo do capitalismo internacional<sup>4</sup>. Mudanças na economia, no Estado e na agenda de desenvolvimento trazem questões, oportunidades e desafios ao planejamento territorial de uma natureza qualitativamente nova. Em especial, a consolidação da temática das desigualdades e da questão ambiental surgem como eixos estruturadores dos debates sobre o desenvolvimento contemporâneo. Sob o ângulo das desigualdades, tal preocupação é claramente apresentada na obra de autores como Amartya Sen, do final dos anos 90, e Thomas Piketty, marcadamente em seu livro mais conhecido de 2013. Sob o ângulo das reflexões sobre as mudanças climáticas, segurança alimentar e produção de energia, também vários autores, como Robert Constanza, Jared Diamond e outros, vêm destacando os aspectos relativos ao crescimento da população mundial nas próximas décadas e a importância de se tomar em conta temas como novas formas de acesso e uso dos recursos naturais que sejam capazes de, por um lado, engendrar novos ciclos de dinamismo econômico e distribuição de riquezas e, por outro, de diminuir a pressão sobre a resiliência dos ecossistemas. Nesses vários aspectos, há um denominador comum: deixa de existir a perspectiva, muito presente em meados do século XX, de que haveria alguma tendência à expansão e à uniformização espacial derivada do desenvolvimento capitalista. A promessa fordista de inclusão de pessoas e territórios dá lugar a crescentes níveis de diferenciação e de heterogeneização social e espacial, o que reposiciona os territórios nos debates contemporâneos. Primeiro porque as desigualdades espaciais são aspecto central das desigualdades mais amplas, e a heterogeneidade estrutural característica da configuração territorial de países como o Brasil consiste em importante dilema histórico a ser superado, o que, por si só, já justifica olhares mais apurados sobre o tema. Em segundo lugar, porque o enfrentamento das questões atualmente colocadas ao desenvolvimento exige a construção de soluções que articulem bases de recursos, dinâmicas econômicas e formas de distribuição de poder e dos custos e benefícios do desenvolvimento de maneira mais consistente e coerente com este novo contexto, o que implica, necessariamente, em um maior diálogo com as especificidades territoriais. As diferentes manifestações espaciais do capitalismo contemporâneo e a crescente diversificação das dinâmicas territoriais de desenvolvimento representam hoje, portanto, importantes triunfos e possibilidades que precisam ser melhor conhecidas.

O equacionamento dos desafios impostos à agenda contemporânea de desenvolvimento exige, assim, a construção de visões e narrativas nas quais a dimensão territorial ocupe lugar central, tanto porque é nela que se pode compreender as articulações entre economia, sociedade e natureza em suas manifestações cada vez mais diferenciadas, quanto porque nessas articulações se encontra importante chave para o entendimento dos mecanismos que respondem pela permanência de desigualdades e pelas possibilidades de sua superação nos marcos de um novo modelo, agora menos homogeneizante e padronizador. Isso implica tomar o território como categoria síntese que favoreça a mediação entre vários domínios da realidade – economia, sociedade, natureza – e entre as diferentes especialidades teóricas dedicadas a cada um desses domínios, tradicionalmente apartados pela tradição e pela especialização disciplinar. Implicam, enfim, a construção de olhares que permitam avançar no entendimento das interdependências entre as variadas dimensões do desenvolvimento, em aparatos explicativos robustos e capazes de superar dicotomias – entre sistemas sociais e naturais, entre a dimensão local e extralocal dos processos de desenvolvimento, e entre o mundo rural e o universo urbano, ou ainda entre Estado e mercado, economia e política, estrutura e agência, e tantas outras que, tradicionalmente, marcam os debates territoriais.

A análise acerca dos caminhos teóricos que vêm sendo trilhados pelo campo dos estudos territoriais, como será aqui apresentado, mostra, entretanto, que a parte mais expressiva das teorias e reflexões recentes não têm ido na direção de explicitar essas interdependências e injunções, mas tendem, ao contrário, a reacentuar prioritariamente algumas dessas dimensões em detrimento de outras, separando aquilo que, na realidade empírica, aparece amalgamado. Como será mostrado nas próximas páginas, o reduzido diálogo entre leituras que priorizam a dimensão econômica e a dimensão social e política dos processos territoriais, o crescente enfoque em áreas centrais e

<sup>4</sup> Este artigo é uma versão-síntese da reflexão desenvolvida na tese de doutorado da presente autora, intitulada “Paradigmas do planejamento territorial em debate: contribuições críticas a um campo científico emergente”, defendida em maio de 2018 no Programa de Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC, sob orientação do Prof. Dr. Arilson Favareto.

metropolitanas – e a correspondente ausência de lugar explicativo para áreas periféricas e para as dinâmicas em marcha fora das áreas inseridas nos grandes circuitos econômicos mundiais –, a ênfase nas macrotendências do capitalismo contemporâneo em detrimento de um maior entendimento dos processos de diferenciação territorial, e o tratamento do Estado, do mercado e da sociedade de forma apartada, são características que, atualmente, marcam o campo do planejamento territorial e apontam para a necessidade de atualização dos debates sobre as relações entre território e desenvolvimento. Este é o foco da leitura que se apresenta nas páginas a seguir.

Para tanto, o artigo está estruturado em duas partes principais, além desta introdução e de uma seção conclusiva. Inicialmente, se retoma a trajetória das ideias sobre o desenvolvimento para destacar de que forma a dimensão territorial pode e precisa ser tratada como um aspecto substantivo do capitalismo contemporâneo. Parte-se de um reexame das teorias disponíveis ao longo do século XX e dos novos termos trazidos pelas principais transformações vividas nas primeiras décadas do XXI, mostrando a crescente migração do foco exclusivo na dimensão econômica – característico das visões dominantes até os anos 70 e sua ênfase no crescimento econômico como sinônimo e objetivo final do desenvolvimento –, para concepções multidimensionais que passam a considerar os processos político-sociais de mudança e que culminam, mais recentemente, na consolidação das desigualdades e da questão ambiental como eixos centrais dos debates atuais, apontando a emergência da dimensão territorial como categoria síntese fundamental, tanto para o entendimento dos processos de desenvolvimento quanto para a proposição de políticas. Em seguida, apresenta uma breve revisão da evolução do campo dos estudos territoriais ao longo do tempo, com o intuito de demonstrar desencaixes entre as tradições dominantes nessa trajetória e os principais nós críticos dos debates recentes sobre o desenvolvimento. A partir de uma análise de vertentes da economia regional e urbana – desde as teorias clássicas da localização, passando pelas reflexões cepalinas do pós-guerra e pelas diferentes abordagens teóricas que se seguem à crise do fordismo – e da economia política – que agrega visões da geografia e da sociologia desde as teorias sobre a produção social do espaço na década de 70, até visões mais recentes sobre as múltiplas escalas territoriais, os processos de financeirização e formas de insurgência e contra-planejamento – busca-se demonstrar a ausência de uma perspectiva teórica integrada, que enfatize as interdependências entre os múltiplos domínios da realidade social. Em seu lugar há, como se tentará demonstrar, destacadamente um aprofundamento do viés urbano e metropolitano da literatura ao longo do tempo, algo que, ainda que de inquestionável importância quando se pensa no papel central assumido pelas cidades e tecidos urbanos na expansão do capitalismo em suas fases industrial e financeira mais recente, se traduz também em importante lacuna pela ausência de conceitos e categorias que permitam o adequado entendimento de dinâmicas e processos que ocorrem fora dessas áreas. A seção final retoma a necessidade de maior aprofundamento do diálogo entre o planejamento e os debates recentes sobre o desenvolvimento.

### **Trajетória das ideias sobre o desenvolvimento e o lugar da dimensão territorial na agenda contemporânea**

As últimas décadas do século XX foram palco de uma importante mudança nas concepções sobre o desenvolvimento. Até os anos 70, a intensa dinâmica de expansão das condições materiais experimentada pelo capitalismo mundial levava a uma clara associação entre desenvolvimento e crescimento econômico. A crise do modelo fordista vigente no pós-guerra, porém, dava início a um deslocamento dos quadros empíricos e cognitivos de interpretação de tais fenômenos e a uma crescente busca por novos aparatos dedicados ao entendimento das articulações entre as múltiplas dimensões – econômica, social e ambiental – dos processos de desenvolvimento, cujas distintas possibilidades de articulação estavam na base das diferentes trajetórias experimentadas por países e regiões (VEIGA, 2006; FAVARETO, 2007). Conceitos como os de desenvolvimento humano e sustentável – amplamente difundidos ao longo dos anos 90, com base na abordagem das capacidades e da expansão das liberdades humanas formulada pelo economista indiano Amartya Sen, e nos debates ambientais que, desde os anos 70, chamavam a atenção para a necessidade de se equacionar

a escassez e a finitude dos recursos naturais com a manutenção das atividades econômicas<sup>5</sup> – mostraram-se insuficientes para dar conta da complexidade desses processos. Por um lado, a ideia de desenvolvimento humano baseou a implementação de importantes estratégias efetivas de combate à pobreza, mas os mesmos avanços não foram observados em relação à redução das desigualdades, temática que, sobretudo nos países do chamado Sul global, permanece sem solução (ABRAMOVAY, 2012). Por outro, visões contemporâneas emergentes se distanciam da ideia de desenvolvimento sustentável conforme ela ficou conhecida – baseada, sobretudo, em uma visão do meio-ambiente como restrição às atividades econômicas. Os debates ambientais se movem, cada vez mais, em direção a enfoques sobre o meio-ambiente como potencialidade ou sob o ângulo das mudanças climáticas, para além do paradigma da escassez que marcou a emergência da temática ambiental, enfatizando agora a importância de alteração dos padrões de uso dos recursos naturais em nome da construção de um novo metabolismo entre sociedade, economia e natureza, e se aproximam dos debates sobre as desigualdades ao relacionar formas desiguais de acesso e uso dos recursos naturais e suas consequências em termos de pressão ambiental e baixos resultados distributivos. Mais do que a redução da pobreza ou o crescimento verde, essas leituras põem ênfase nas articulações entre o enfrentamento da desigualdade e o equacionamento da questão ambiental como dois grandes temas que estruturam, atualmente, os debates sobre o desenvolvimento (VEIGA, 2006; FAVARETO, 2007; ABRAMOVAY, 2012).

Tais reflexões destacam a importância de transformações nas formas de vida social e econômica e no metabolismo entre sociedade e natureza para as quais um enfoque territorial torna-se aspecto central e incontornável. Como dito, grandes temas da agenda contemporânea, como as mudanças climáticas e a produção de energia e de alimentos, e a emergência de retóricas como as do desenvolvimento territorial, da economia circular, circuitos curtos e sistemas agroalimentares sustentáveis, reposicionam o território nos debates sobre o desenvolvimento. Isso somado às já mencionadas mudanças na base material dos processos sociais e às mudanças cognitivas a elas correlatas, levam à emergência de leituras que trazem a dimensão territorial do desenvolvimento para o primeiro plano dos debates ao longo das últimas décadas. Nesses marcos, o conceito de território surge como uma categoria que favorece certa mediação entre diferentes domínios da realidade e, também, de diferentes especialidades teóricas dedicadas a cada uma dessas dimensões antes apartadas pela especialização disciplinar. Ele permite abordar um aspecto fundamental da desigualdade: a desigualdade espacial. E permite, também, abordar o tema das interdependências entre sociedade e natureza, pois envolve a compreensão sobre como determinadas formações dominam a base de recursos de que dispõem para satisfazer suas necessidades e empreendem modalidades econômicas e de organização política do espaço. Aqui, duas dimensões se mostram totalmente interdependentes: os aspectos distributivos dos estilos de relacionamento entre sociedade e natureza e, por extensão, os estilos de crescimento econômico, que se sustentam em formas de dominação que têm suporte nas diferentes configurações territoriais e nas formas como cada uma delas regula o acesso dos diferentes grupos sociais aos recursos necessários à sua reprodução, ampliando ou restringindo seu leque de oportunidades<sup>6</sup>. O equacionamento dos desafios impostos ao desenvolvimento contemporâneo passa, dessa forma, não apenas pelo reconhecimento das diferentes manifestações espaciais das tendências gerais do capitalismo – visão hoje consolidada no campo dos estudos territoriais –, mas por um tratamento substantivo dos territórios, onde se materializam e se reproduzem, de diversas maneiras, as dinâmicas sociais sobre as quais se pretende intervir.

São ricos os conhecidos debates acerca da definição de territórios, sobretudo na literatura da geografia e de outras ciências humanas e sociais desde meados do século passado. Algumas abordagens entendem os territórios como meios para o desenvolvimento. Outras como fim. Territórios podem ainda ser vistos como espaços de manifestação de tendências e processos mais

<sup>5</sup> Como apontava pela primeira vez o famoso relatório do Clube de Roma – Os limites do crescimento (1972) – e, posteriormente, os debates sobre a sustentabilidade que ganharam força no final dos anos 80 a partir do chamado Relatório Brundtland (1987), apresentado no âmbito da Comissão de Meio-Ambiente das Nações Unidas.

<sup>6</sup> Essa ideia tem como base o arcabouço teórico que baseia as reflexões da tese de doutorado que dá origem a este artigo e que, por sua vez, se vincula ao projeto de pesquisa coletiva denominado “Mudança de longo prazo e metamorfoses da dominação nas regiões rurais ou interioranas do Brasil” (UFABC/CEBRAP/CNPq) – que se volta às dinâmicas territoriais em processo nas áreas não metropolitanas do país. Esse quadro analítico se apoia em uma teoria sobre a mudança de longo prazo (NORTH, 2009; ACEMOGLU et al., 2012), em uma teoria de médio alcance sobre as relações entre estruturas sociais e agência humana (ELIAS, 1995; BOURDIEU, 2007), e em reflexões sobre as dinâmicas rurais na América Latina (BERDEGUÉ et al., 2015).

gerais ou como bases de recursos. Há ainda os enfoques apoiados em visões que privilegiam os conflitos em torno da apropriação desses recursos ou a dimensão identitária. Mas quando se associa a ideia de território à ideia de desenvolvimento, ela precisa ser tomada como categoria síntese, que permita mobilizar algumas ordens de interdependências, entre sistemas sociais e naturais, local e extra local, Estado, economia e sociedade, em narrativas que reconheçam seu papel fundamental nos processos de desenvolvimento e na busca pelo equacionamento de um novo modelo. Isso significa tomar os territórios de forma substantiva, não como dimensão ou espaço de manifestação de determinados processos, mas como unidade de análise fundamental para a compreensão dos fenômenos do mundo social e dos nexos causais do desenvolvimento, como local de encontro dos objetivos de preservação dos ecossistemas e de redução das enormes desigualdades ainda hoje persistentes. Isto demanda um instrumental analítico capaz de fornecer um melhor entendimento da forma como se compõem e se organizam, nas diferentes configurações territoriais e entre elas, as múltiplas dimensões que importam nos processos de desenvolvimento – economia, sociedade, natureza – e suas repercussões em termos de ampliação ou restrição das oportunidades e liberdades dos agentes e grupos sociais, objetivo ético do desenvolvimento. E isso traz, como dito, novos desafios empíricos. A unidade entre elementos naturais, sociais e econômicos demanda a construção de uma visão condizente com as interdependências entre esses variados domínios, capaz de dar conta da complexidade da trama territorial que sustenta o mundo contemporâneo, e aponta para a necessidade de abordagens que mobilizem recursos teóricos fornecidos pelas variadas tradições disciplinares dedicadas aos fenômenos sociais em um quadro analítico relacional, que coloque em diálogo essas diferentes dimensões. Isso é o que demanda a evolução recente dos debates sobre o desenvolvimento. Porém, a análise da trajetória das teorias e das práticas dedicadas à dimensão territorial que se apresenta na seção a seguir mostra que as abordagens e os instrumentos analíticos hoje disponíveis no campo do planejamento territorial não vêm avançando, de maneira significativa, nessa direção, como seria de se esperar.

### **Breve discussão teórica: o campo dos estudos regionais ao longo do tempo e sua evolução recente**

As reflexões sobre a dimensão espacial dos processos de desenvolvimento contam com uma rica e extensa literatura, que passou a ganhar corpo em meados do século passado. Antes disso, o trabalho de geógrafos e economistas alemães do início do século XX<sup>7</sup> havia contribuído para uma maior visibilidade do espaço no pensamento econômico, mas foi a partir do pós-guerra, no bojo do modelo industrial fordista, da estruturação dos Welfare States nos países desenvolvidos, e das políticas desenvolvimentistas nos países então chamados de Terceiro Mundo, que o tema do desenvolvimento regional passou a compor o leque de preocupações dos governos nacionais. Dois diferentes olhares dominavam os debates sobre o desenvolvimento naquele momento. Um deles derivava da teoria das etapas de crescimento econômico de Rostow (1963) e Clark (1951), que baseava as estratégias de modernização em países do Terceiro Mundo, e para a qual o atraso poderia ser superado através do estímulo a reformas internas, importação de tecnologias e crescimento econômico. O outro agregava as abordagens estruturalistas de teóricos como Perroux (1955), Myrdal (1957) e Hirschmann (1958) – que chamando a atenção para as interdependências entre aspectos econômicos, sociais e institucionais nos processos de desenvolvimento, apontavam seu caráter inerentemente desequilibrado e derivado de mecanismos de causação cumulativa na base das dinâmicas centro-periferia –, e a vertente latinoamericana da economia do desenvolvimento – que, no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL/Nações Unidas), enfatizava a natureza estrutural do atraso dos países da América Latina e as especificidades históricas regionais, apostando na industrialização planejada e conduzida pelo Estado como saída para combater o desequilíbrio externo e superar o subdesenvolvimento<sup>8</sup> (BENKO, 1998; BONENTE, 2007; PERAFÁN, 2007; CAVALCANTE, 2007; MATTEO, 2011).

<sup>7</sup> Dentre os autores clássicos do pensamento regional, podem ser citados Von Thunen (1826), Weber (1909), Christaller (1933), Losch (1940) e Isard (1956), cuja síntese das reflexões anteriores corresponde ao marco de fundação da *Regional Science* nos anos 50. Essas reflexões foram pioneiras no estudo das centralidades e hierarquias urbanas e até hoje baseiam grande parte das reflexões sobre o planejamento urbano e regional.

<sup>8</sup> A aposta na industrialização por substituição de importações baseava-se no diagnóstico de Prebisch (1950) acerca da deterioração dos termos de troca internacional e seus desdobramentos na América Latina, cujas heterogeneidades estruturais

Diante do aumento das desigualdades regionais no contexto de rápida industrialização dos países centrais, esse período marcou a inauguração do olhar sobre o espaço regional como unidade de planejamento e de políticas públicas. Derivadas de uma preocupação explícita com a equidade e com o desenvolvimento balanceado, as políticas regionais buscavam reduzir as assimetrias regionais por meio de investimentos em infraestrutura física e da transferência de recursos para regiões em desvantagem, com base na ideia de que as crescentes desigualdades não poderiam, simplesmente, ser superadas pelos mecanismos de mercado (MARKUSEN, 2001; CAVALCANTE, 2007; OCDE, 2010). Em geral, os instrumentos de políticas envolviam subsídios, investimentos diretos e reduções fiscais, procurando incentivar a demanda, o emprego e a atração de novas atividades produtivas<sup>9</sup>. Porém, os investimentos públicos na industrialização de regiões de baixo desenvolvimento e a busca da desconcentração das atividades econômicas e dos empregos não lograram o êxito esperado e passaram a receber muitas críticas, já que envolviam grande volume de recursos em ações de baixa efetividade diante da contínua concentração das atividades econômicas (MARKUSEN, 2001; OCDE, 2010). Além disso, a crise do modelo fordista de produção e os processos de reestruturação produtiva pelo qual passavam muitas das regiões industriais nos países de capitalismo avançado davam novos contornos à organização espacial da economia desde finais dos anos 70, fragmentando os olhares sobre o desenvolvimento regional em um contexto de retomada da hegemonia neoclássica no pensamento econômico e da emergência e consolidação do modelo neoliberal ao longo dos anos 90.

Duas principais vertentes teóricas emergem nesse momento como resposta à crise do fordismo – a da especialização flexível e a da economia global (MATTEO, 2011). Na vertente da especialização flexível, cuja ênfase recai sobre novas formas de organização do trabalho e da produção baseadas na inovação tecnológica e no atendimento a uma demanda diferenciada e volúvel, se encaixam tanto as análises dos distritos industriais marshallianos – que, de forte influência schumpeteriana e nos moldes da Terceira Itália, agregam as vertentes voltadas ao estudo de *declusters*, *milieusinnovateurs* e *learningregions*<sup>10</sup> – quanto as reflexões sobre *ascityregions*, que trazem para o primeiro plano o papel das grandes aglomerações nas dinâmicas econômicas pós-fordistas<sup>11</sup>. As análises da economia global, por sua vez, concentram esforços na análise da financeirização da economia em um mundo pós-industrial, enfatizando os processos de formação do mercado global que, livre dos limites dos Estados nacionais, conferiria a algumas cidades/metrópoles o papel de centros terciários e de nós da economia mundial. A nova forma de organização espacial da economia estaria, portanto, baseada em redes globais comandadas por metrópoles terciárias articuladas entre si, contrariando o padrão rígido e hierárquico característico do período fordista. Nessas análises, encaixam-se as reflexões sobre a superação do modelo industrial e o espaço de fluxos preconizado por Manuel Castells (1996), e sobre as cidades globais, de Saskia Sassen (1994) (MATTEO, 2011).

Diante das transformações na organização espacial da economia, as abordagens sistêmicas das relações entre centro-periferia, características do pós-guerra, dão lugar a abordagens que, operando com a relação global/local, colocam os territórios no centro de estratégias de inserção econômica global, com base no papel central exercido por seus atributos endógenos para a atração de investimentos e o traçado de trajetórias de sucesso em um mundo livre de constrangimentos espaciais<sup>12</sup>. Por um lado, a ênfase na escala local crescia em consonância com os processos de descentralização dos Estados centrais em marcha naquele momento, com a ascensão da questão ambiental e dos debates sobre o desenvolvimento sustentável, e com as abordagens participativas que emergiam no contexto de redemocratização de um grande número de países, reforçando a importância de envolvimento dos agentes locais em estratégias estabelecidas “de baixo para cima”,

---

derivadas de formas particulares e permanentes de interação entre processos econômicos, políticos e institucionais complexificavam as visões do desenvolvimento enquanto sequência de etapas.

<sup>9</sup> No Brasil, esse período foi marcado pela criação das superintendências regionais, como a Sudene, que, tributária da visão cepalina sobre o desenvolvimento e de teorias como a dos polos de crescimento de Perroux, teve na figura de Celso Furtado seu principal idealizador.

<sup>10</sup> Em autores como Aydalot (1986), Porter (1990), Maillat e Perrin (1992), Becattini (1994), Florida (1995), e Pecqueur (2000).

<sup>11</sup> Que tem seus principais expoentes em geógrafos econômicos da Universidade da Califórnia, como Scott (1998, 2000), Storper (1997), Agnew e Soja (2001).

<sup>12</sup> Contribuíram com a crescente ênfase local do planejamento as análises neoschumpeterianas sobre os processos de inovação, as teorias do crescimento endógeno e as análises institucionalistas, bem como as recomendações dos organismos internacionais, que respaldavam o foco na escala local como receita para o crescimento econômico.

não mais entendidas como atribuição exclusiva dos Estados centrais<sup>13</sup>. Por outro, o foco na escala local favoreceu a emergência de estratégias de planejamento competitivo que, ganhando cada vez mais adeptos a partir dos anos 90, propunha a elaboração de planos estratégicos locais voltados ao fortalecimento do empreendedorismo e à adequação dos lugares à economia globalizada, transformando-os em ambientes propícios para investimentos privados. Com foco no mercado, o chamado neolocalismo competitivo<sup>14</sup> ganhou crescente proeminência nas estratégias de planejamento urbano e regional nas últimas décadas, sendo responsável pela emergência da chamada guerra fiscal e pelo processo de fragmentação territorial que caracterizou as dinâmicas territoriais dos anos 90 em países como o Brasil (VAINER, 2001; BRANDÃO, 2004, 2009; PETISCO 2011).

Contrariando as leituras sobre a perda de importância das escalas intermediárias entre o local e o global na fase atual do sistema capitalista e o enfoque centrado na competitividade econômica dos territórios, reflexões recentes tributárias de leituras da geografia, da sociologia e de vertentes da economia política vêm, cada vez mais, reivindicando um retorno a concepções relacionais do espaço e chamando a atenção para o papel das instituições, dos atores, das estratégias e das disputas políticas envolvidas nos processos de governança e de desenvolvimento territorial. No caso da geografia, são amplamente conhecidas as importantes contribuições derivadas dos debates sobre as distinções conceituais entre espaço, território e região<sup>15</sup> e sobre a produção social do espaço das vertentes críticas dos anos 70<sup>16</sup>, além da literatura recente voltada à natureza das diferentes escalas espaciais e ao caráter multiescalar das dinâmicas capitalistas<sup>17</sup>. Contrariando as visões dos territórios e cidades enquanto sujeitos coletivos, essa literatura defende um olhar para as diferentes escalas territoriais, entendidas enquanto arenas de contestação e de negociação de compromissos que resultam de contínuas disputas entre agentes e seus diferentes projetos políticos. No mesmo sentido, os enfoques recentes acerca dos processos de financeirização e seus rebatimentos à produção do espaço urbano<sup>18</sup> iluminam o peso dessa grande tendência na moldagem de dinâmicas espaciais contemporâneas, a partir da análise das estratégias dos grupos de interesse do grande capital financeiro e sua atuação nas variadas escalas de poder.

Daí derivam visões sobre o planejamento que, atualmente, apontam a necessidade de estratégias transescalares e voltadas a auxiliar a formação de coalizões transformadoras e capazes de fazer frente aos processos excludentes de expansão do capitalismo contemporâneo<sup>19</sup>. O sobrepeso dos interesses do capital financeiro e dos processos de avanço do neoliberalismo nos espaços urbanos vem suscitando, ainda, abordagens que defendem a contestação das formas de planejamento voltadas para o lucro e não para pessoas (BRENNER, 2011). Essas leituras agregam reflexões sobre a atual problemática urbana nos países do Sul global<sup>20</sup> e defendem a necessidade de construção de formas de planejamento subversivo, baseadas em práticas urbanas alternativas e capazes de fortalecer contra-narrativas ao discurso hoje hegemônico do planejamento (KLINK et al., 2017). Para além das perspectivas comunicativas e do planejamento participativo – que limita a ação coletiva aos espaços institucionais –, essas leituras defendem práticas contra-hegemônicas insurgentes, transgressoras e criativas, que ocupem persistentemente não apenas os espaços formais de participação, mas os espaços inventados, provocando constante guerra de posições e, dessa forma, desestabilizando a ordem vigente (MIRAFTAB, 2009).

Dessa breve exposição da trajetória dos estudos territoriais desde meados do século XX até os dias atuais, ao menos três considerações merecem destaque para os propósitos aqui colocados. A

<sup>13</sup> Diferentemente do planejamento estilo *top down*, entram em cena nesse momento novas formas de planejamento colaborativo, em grande medida baseadas na teoria da racionalidade comunicativa de Habermas e seu foco nas interações entre agentes como forma de construir consensos acerca das prioridades e estratégias mais eficazes de intervenção em localidades particulares. A emergência da abordagem comunicativa representou uma alteração de enfoque do planejamento, que passa a se voltar menos aos resultados em termos espaciais e mais aos processos de tomada de decisão.

<sup>14</sup> Derivado de escolas de administração e negócios, o pensamento único localista teria trazido para o planejamento territorial a lógica de competição no livre mercado, entendendo os territórios como competidores pela localização de empresas e inversões de capital no mundo globalizado (VAINER, 2001; BRANDÃO, 2004).

<sup>15</sup> Sintetizadas por Hasbaert (2004).

<sup>16</sup> Lefebvre (1970, 1972), Castells (1972), Harvey (1973, 1975) e Lojkin (1981).

<sup>17</sup> Smith (1984), Brenner, (1991), Swyngedouw, (1997).

<sup>18</sup> Em autores como Harvey (2015) e Aalbers (2015). Dentre os autores brasileiros, ver Sanfelici (2013), Rolnik (2013), e Klink (2017).

<sup>19</sup> Como preconizado por vertentes do planejamento subversivo (Randolph, 2008).

<sup>20</sup> Para o debate sobre insurgências e sul global, ver Miraftab (2009) e Roy (2009).



primeira delas diz respeito ao reduzido diálogo entre a economia e a política nesse campo de estudos. As vertentes da economia regional fornecem um rico aparato conceitual para o entendimento dos processos espaciais e dos fatores econômicos que respondem pelos padrões de localização das atividades produtivas e que fazem, de algumas localidades, centros dinâmicos e nós da economia global. Porém, deixam em segundo plano os conflitos e as estruturas de poder e de regulação envolvidas na configuração espacial dos processos econômicos e nas diferentes trajetórias territoriais observadas sob o contexto atual da economia mundial. O espaço não é apenas suporte de atividades econômicas, mas se constitui pela ação e pelas estratégias dos agentes em processos assimétricos e conflituosos em que importam estruturas de dominação, instituições e posicionamentos na tomada de decisões. Nesse sentido, as reflexões da geografia crítica e da economia política questionam os debates economicistas sobre o espaço e enfatizam a necessidade de perspectivas que agreguem a dimensão política dos processos territoriais, tendo como base os conflitos e disputas por poder que, articuladas à dimensão econômica, estruturam as hierarquias espaciais e condicionam as formas de apropriação do espaço ao longo do tempo. Complexificando o olhar sobre os fenômenos espaciais, chamam atenção para a centralidade das formas de regulação estatal e das estratégias multiescalares das coalizões dominantes para o entendimento das dinâmicas territoriais, denunciando o crescente domínio do grande capital sobre as cidades e espaços regionais em detrimento de formas alternativas de apropriação do espaço urbano por diferentes interesses e pelos grupos sociais mais pobres. Prescindem, porém, de uma teoria que auxilie no entendimento dos caminhos abertos à construção de coalizões e das possibilidades de políticas daí derivadas, atentas às características estruturais dos diferentes territórios que desafiam a aposta na mobilização de atores como forma de fazer frente aos interesses dominantes e de auxiliar na alteração do atual balanço de forças do capitalismo.

A segunda consideração se refere ao aprofundamento do viés urbano/metropolitano da literatura apresentada ao longo do tempo. No caso das vertentes da economia regional, a estruturação das redes de cidades, da hierarquia urbana, e o papel das cidades na estruturação dos entornos regionais foram temáticas originalmente abordadas pelas teorias clássicas que ocupam, desde então, lugar de destaque nos debates regionais. As leituras pós-fordistas iluminaram os novos processos de hierarquização de lugares sob a globalização – agora baseados não só nas atividades produtivas, mas nas relações de poder e comando associadas às cidades como centros de gestão financeira e de importante dinamismo do setor terciário –, apontando a região metropolitana como nova unidade econômica global. No caso da economia política, desde os anos 70, as reflexões se voltam às dinâmicas em marcha nas grandes cidades, lugar de crescente exclusão social e de reprodução de desigualdades, apontando sua centralidade para o desenvolvimento capitalista e enfatizando o urbano como forma espacial por excelência desse sistema e como lugar de resistência e de possibilidades à sua contestação. Uma vez que é nas cidades que o capitalismo se reproduz, é das cidades que pode vir a resistência contra ele. Ao longo do tempo, as análises se voltam predominantemente para as redes de cidades e para as realidades intra-urbanas, e poucos olhares se dedicam às dinâmicas em marcha fora desses circuitos globais, o que se expressa, em grande medida, no divórcio entre questões urbanas e regionais e no predomínio atual de debates sobre o urbano no campo do planejamento territorial. Porém, as cidades não perderam seu vínculo com as regiões e a ênfase atual na questão ambiental e na redução de desigualdades, juntamente com as dinâmicas relacionadas à chamada nova ruralidade<sup>21</sup>, recolocam o lugar das relações rural-urbano e das regiões não metropolitanas nos debates contemporâneos, o que demanda abordagens e estratégias para essas áreas que, para além de políticas compensatórias, fomentem sua maior integração às dinâmicas econômicas e aos processos de desenvolvimento, valorizando, de fato, a diversidade territorial. Isso passaria por um melhor entendimento dos processos de diferenciação que, hoje, contrariam previsões anteriores de homogeneidade e a inexorabilidade das forças da globalização e se referem às diferentes formas de articulação entre os macroprocessos e as variadas configurações territoriais existentes.

Disso deriva a terceira consideração que aqui se destaca, referente à ausência de uma perspectiva capaz de entender os elementos e mecanismos envolvidos nos processos de diferenciação territorial, importante característica das dinâmicas contemporâneas. Parte importante das análises que hoje compõem o campo dos estudos territoriais se voltam ao

<sup>21</sup>Sobre a nova ruralidade, ver Abramovay (2000) e Veiga (2005).

entendimento e à denúncia das repercussões espaciais das macrotendências do capitalismo contemporâneo, auxiliando de forma importante no entendimento das dinâmicas dominantes que alimentam o atual modelo de crescimento da economia global, mas prescindem de um lugar explicativo para as dinâmicas de áreas periféricas e suas diferentes formas de articulação com as tendências mais amplas. A ênfase nas dinâmicas que se espraiam a partir dos centros de poder é característica partilhada por grande parte das leituras sobre a realidade urbana e a financeirização, que aprofundam o entendimento de mecanismos responsáveis pelas atuais dinâmicas metropolitanas sem que haja, ainda, um correspondente entendimento da contrapartida das diferentes configurações urbanas para além de simples absorção de tendências globais. Partindo do sobrepeso dos determinantes macroeconômicos neoliberais e das amarras da política sob a atual dominação do capitalismo financeiro, essas leituras reservam pouco ou nenhum espaço para a diversidade e para um melhor entendimento das interdições a um novo modelo de desenvolvimento. Mesmo as abordagens sobre a natureza transescalar dos processos de expansão capitalista, que apontam a importância das múltiplas escalas espaciais e a centralidade das articulações regionais, nacionais e internacionais para a configuração das diversas dinâmicas territoriais observadas, não apresentam um quadro de análise capaz de entender como esses processos se dão concretamente, quais as instâncias empíricas que importam para o seu entendimento e como se dão as interdependências entre forças endógenas e exógenas que, mutuamente influenciadas, configuram a heterogeneidade territorial do mundo contemporâneo sob a globalização.

### Considerações finais

A virada para o século XXI assistiu, como dito, à emergência de novas questões nos debates sobre o desenvolvimento. As novas dinâmicas econômicas que derivam da alteração das bases materiais do desenvolvimento capitalista nas últimas décadas, os processos de reestruturação produtiva que fizeram ruir formas fordistas de organização do Estado, da produção e das relações entre o capital e o trabalho, o correspondente aprofundamento do processo de globalização da economia mundial – com a proeminência do capital financeiro em sua etapa mais recente –, e a emergência de países como a China na ordem econômica internacional, são aspectos que apontam para um cenário bastante diverso daquele que caracterizou o século XX. No caso do Brasil, esse novo contexto representa importante desafio, que consiste na busca por caminhos capazes de equacionar crescimento econômico, conservação de sua ainda rica biodiversidade, e uma melhor distribuição das oportunidades em uma sociedade historicamente marcada por desigualdades estruturais que não poderão ser solucionadas sem que haja uma importante transformação nas formas de partilha dos custos e dos benefícios do desenvolvimento. Isso implica, entre outros fatores, na busca pela construção de caminhos mais promissores de inserção internacional, em uma direção diferente das que vêm tomando as tendências recentes, as quais, aprofundando processos de desindustrialização e de reprimarização da pauta de exportações do país, atualizam e reforçam formas de inserção apoiadas na exportação de commodities agrominerais, em um modelo que tem repercussões diretas na reprodução de processos excludentes e predatórios de desenvolvimento.

O momento atual demanda, assim, um quadro teórico capaz de dar conta dessas transformações e de apontar novas perspectivas frente à crise. As transformações das bases materiais e cognitivas do desenvolvimento nas últimas décadas do século XX tornaram insuficientes os paradigmas tradicionais do planejamento territorial e não se conformaram, ainda, novos quadros teórico-conceituais condizentes com a agenda de desenvolvimento emergente, ainda que tenha havido importantes avanços em termos conceituais e inovações na concepção de políticas. Um melhor entendimento não apenas dos limites, mas das possibilidades de mudança que se abrem em cada conjuntura histórica e espacial específica, passaria, como dito, pelo aprofundamento de olhares teóricos relacionais, com foco nas interdependências entre os vários domínios que conformam a realidade social. Entre economia e política, que juntamente com a ciência, são as esferas predominantes no mundo contemporâneo e, fortemente articuladas, não podem ser tratadas como universos autônomos para o entendimento da realidade social; entre Estado, mercado e sociedade, cuja coordenação é indispensável quando se trata de promover novas racionalidades e relações econômicas; entre local e extralocal, diferentes escalas que conformam uma unidade quando se pensa nos processos de diferenciação e nas trajetórias seguidas pelos diferentes territórios ao longo do tempo, sempre condicionadas por um balanço entre elementos internos e formas de articulação

externa; entre áreas centrais e periféricas, dado o papel central destas últimas à consolidação do capitalismo industrial nos países de industrialização tardia – como demonstravam as críticas ao dualismo cepalino nos anos 70 – e novamente diante do cenário atual, em que passam a ser valorizados recursos e serviços ecossistêmicos que, em sua grande maioria, estão nelas concentrados; entre rural e urbano, diante da emergência de diferentes dinâmicas, novos usos do espaço rural e novas formas de relacionamento rural-urbano que desafiam as leituras tradicionalmente dicotômicas e setorializadas desses espaços; e entre estrutura e agência humana, que explicam as diferentes formas e possibilidades de ação social, questão central para o planejamento.

Porém, o campo do planejamento territorial não apresenta, ainda, quadros conceituais capazes de fornecer respostas às demandas do desenvolvimento contemporâneo. Como visto, importantes avanços se observam nos estudos recentes que se voltam a repensar os processos territoriais diante desse novo contexto. Entre eles se destacam os debates sobre amultiescalaridade, aqueles dedicados aos processos contemporâneos de financeirização do capitalismo e suas estratégias vinculadas ao espaço urbano, e as reflexões que têm como centro a temática do conflito, sobretudo as que partem de um enfoque desde os atores insurgentes. Mas algumas lacunas explicativas emergem da leitura realizada. Além do pequeno diálogo entre as reflexões que priorizam aspectos econômicos e políticos na análise das dinâmicas territoriais, o aprofundamento do viés urbano/metropolitano da literatura ao longo do tempo, com a crescente ênfase em centros dinâmicos e grandes cidades, unidades centrais da economia global, reserva pequeno lugar explicativo para as áreas periféricas, não metropolitanas e rurais no entendimento das dinâmicas de desenvolvimento. O foco prioritário nas macrotendências do capitalismo e seus impactos na produção do espaço tende a olhar os territórios como polo passivo nos processos de expansão capitalista, e faltam aparatos explicativos que permitam entender os territórios também como polos ativos na conformação das diferentes dinâmicas que sustentam a complexa trama territorial do mundo contemporâneo. E a resposta em termos de formas de contraplanejamento, ou de planejamento subversivo, oferecida pelas reflexões mais recentes sobre a problemática urbana no Sul global, carecem de um aparato analítico que permita entender estrutura e ação social de forma articulada. Não há, ainda, instrumentos conceituais que permitam entender os mecanismos que respondem concretamente pelo caráter multiescalar e multidimensional dos processos de desenvolvimento, que possam servir de fundamento a novas formas de pensamento e de prática de planejamento no contexto atual.

Buscou-se, assim, mostrar que não há como pensar políticas e planejamento territorial no contexto atual sem uma interpretação robusta dos rumos e dos desafios colocados ao desenvolvimento capitalista nos marcos do século XXI, o que passa, necessariamente, por novas formas de tratamento da dimensão territorial do desenvolvimento. Não se trata mais de olhar para a dimensão espacial como substrato plano, neutro e pronto para receber investimentos ou para repercutir dinâmicas de mercado, ou mesmo de olhar para os territórios unicamente como manifestação das dinâmicas econômicas, negligenciando aspectos sociais e políticos dos processos espaciais. Também não se trata, apenas, de entendê-los como formas espaciais derivadas dos requisitos do capital, ainda que, como mostra toda a tradição de estudos urbanos, isso tenha lugar central na produção e na reprodução das cidades e do capitalismo desde meados do século passado. E não se trata, finalmente, de tomar os territórios e os conflitos territoriais unicamente no registro de resistência e da mobilização de agentes sociais como forma de fazer frente às grandes tendências do capital, visão que, ainda que forneça visibilidade a temas importantes, como a dominação e as desigualdades que condicionam a interação social, apresenta, ainda, forte caráter utópico e pequeno arsenal explicativo. Inúmeras concepções, influenciadas pelas diferentes leituras disciplinares se voltam, há tempos, a ricos debates em torno dos conteúdos e das categorias a serem consideradas na definição do conceito de território. Desde as leituras da teoria da dependência e as reflexões sobre a produção social do espaço nos anos 70, vertentes da geografia e da sociologia deram importantes passos no sentido de olhar de maneira substantiva para os territórios, considerando a dimensão territorial como aspecto constitutivo da reprodução social. Mas é preciso ir além. Pensar em territórios, hoje, significa tomá-los como parte estruturadora das ideias, das práticas e das políticas de desenvolvimento. Significa partir de um melhor entendimento das novas e diversas formas de manifestação territorial do capitalismo contemporâneo, que seja capaz de fornecer as bases para a valorização efetiva da diversidade territorial em um novo modelo, para além do alternativo. E isso

demanda formas de tratamento que sejam capazes de articular economia, sociedade e natureza e permitam, assim, entender os mecanismos que respondem pelas permanências e pelas possibilidades abertas à mudança em cada contexto territorial e histórico específico.

As mudanças nas bases materiais do desenvolvimento, as novas expressões espaciais do capitalismo contemporâneo, a diversificação das dinâmicas territoriais e o aprendizado derivado das tentativas de tradução e de inovação no desenho de políticas ao longo dos últimos anos configuram o cenário atual em que novos temas e questões se apresentam e pressionam as teorias e os instrumentos analíticos do campo do planejamento territorial. Foi assim com os paradigmas tradicionais a partir dos anos 70. E em grande medida é o que acontece, hoje, com os aparatos explicativos disponíveis, o que situa esse campo teórico em um cenário de transição de paradigmas. A forma de olhar e de tratar o objeto que emerge da confluência das teorias e práticas científicas com as outras esferas da vida social demanda, atualmente, novas visões compartilhadas acerca da dimensão territorial do desenvolvimento. O campo emergente do planejamento territorial contemporâneo, que nasce justamente dessa confluência, precisa consolidar novos pontos de partida para esforços que tenham como objetivo refletir sobre territórios e desenvolvimento. Isso significa partir de um conjunto de instâncias incontornáveis e de um olhar para o território enquanto síntese, lugar de encontro de diferentes domínios analíticos e empíricos. E significa a construção de uma nova geração de instrumentos e de formas de produção de conhecimento e interpretação desse objeto.

## Referências

AALBERS, M. 'The great moderation, the great excess and the global housing crisis'. *International Journal of Housing Policy*, 15:1, 43-60, 2015.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Editora Abril, 2012.

BENKO, Georges (1998). La Science régionale. Paris: **Cahiers de Géographie du Québec**, vo.43, n.118, 1999. Presses Universitaires de France (Col. "Que sais-je?")

BONENTE, Bianca. **A economia do desenvolvimento em perspectiva histórica: novos rumos da disciplina**. 2007. 103 fls. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia.

BRANDÃO, Carlos. **O processo de subdesenvolvimento, as desigualdades espaciais e o "jogo das escalas"**. SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Desigualdades Regionais**. 2004. Série Estudos e Pesquisas 67, p. 9-37.

BRANDÃO, Carlos. **Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar**. In: RIBEIRO, Maria Teresa F. e MILANI, Carlos R. S. (orgs.) **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: Editora da UFBA, 2009, p. 150-185.

BRENNER, N. et al. **Cities for people, not for profit: critical urban theory and the right to the city**. Abingdon/Nova York: Routledge, 2011.

CASTELLS, Manuel. **The Rise of the Network Society. The Information Age: Economy, Society and Culture, Volume 1**. Malden, MA: Blackwell Publishers, Inc, 1996.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo M.T. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, vo 2. n.1(9-32), ABER - Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2008.

- FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu; Fapesp, 2007.
- GALVANESE, Carolina. **Paradigmas do planejamento territorial em debate – contribuições críticas a um campo científico emergente**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, da Universidade Federal do ABC. 2018.
- HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2015.
- HASBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6 ed., 2011.
- IPEA. **Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais**. RESENDE, Guilherme Mendes (Org.). Brasília: IPEA, vol. 1. 2014.
- IPEA. **Desenvolvimento Regional no Brasil - Políticas, estratégias e perspectivas**. Aristides Monteiro Neto, César Nunes de Castro e Carlos Antonio Brandão (Orgs.). Brasília: IPEA, 2017.
- KLINK, Jeroen. A escalaridade e a espacialidade do (novo) desenvolvimentismo: uma exploração conceitual para o debate. In Carlos Brandão e Hipólita Siqueira (orgs.). **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- KLINK, Jeroen; SOUZA, Marcos. Financeirização: conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro. In. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 379-406, maio/ago 2017.
- MARKUSEN, A. Continuity and Change in Regional Planning and Policy: Scholarship in the Style of William Alonso. **International Regional Science Review**, vo. 24, n. 3, p. 396-403, 2001. Acesso em: jan/2014.
- MATTEO, Miguel. **Teorias do desenvolvimento territorial**. In: CRUZ, Bruno; FURTADO, Bernardo; MONASTERIO, Leonardo; JÚNIOR, Waldery (orgs.). **Economia Regional e Urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011.
- MIRAFETAB, Faranak. **Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South**. 2009. Disponível em: <<http://plt.sagepub.com/cgi/content/abstract/8/1/32>>.
- MONTEIRO NETO, Aristides, (org.). **Governos estaduais no federalismo brasileiro: capacidades e limitações governativas em debate**. Brasília: IPEA, 2014.
- OECD. **Regional Development Policies in OECD countries**. Paris: OECD Publishing, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264087255-en>> Acesso em: 01 dez. 2014.
- PERAFÁN, Mireya. **O território do desenvolvimento e o desenvolvimento dos territórios: o novo rosto do desenvolvimento no Brasil e na Colômbia**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Brasília, Brasília. 2007.
- PETISCO, Andrea. **Cidades, regiões e redes: estudo teórico-metodológico sobre suas relações no contexto contemporâneo**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.
- PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. São Paul: Intrínseca, 2014.
- SANFECILI, D. **Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate**. Eure. Santiago, vol. 39, n. 118, p. 27-46. 2013.
- SASSEN, Saskia. **Cities in a World Economy** Pine Forge Press, 1994.

SCOTT, A. J.; AGNEW, J.; SOJA, E. W. e STORPER, M. **Cidades-regiões globais**. Espaço e Debate. São Paulo, n. 41, pp. 41-25. 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1999.

SWYNGEDOUW, E. **Neither global nor local: “glocalisation” and the politics of scale**. In COX, K. R. (org.). Spaces of globalization: reasserting the power of the local. New York, London: The Guilford Press, 1997.

VAINER, C. **As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?** Cadernos IPPUR. Ano XV, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ; IPPUR, 2001.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEIGA, José Eli. **Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação**, São Paulo: Perspectiva, 2006.



*Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.*